

# Carta Aberta à Sociedade Baiana

\* pelos Servidores do IPHAN da Bahia

Vamos falar sobre o Patrimônio Cultural da Bahia?

O **Direito à Cultura** está expresso na Constituição Federal do Brasil e pertence a todos e todas nós. Para fazer valer esse direito, a nossa Carta Constitucional determina que o **Poder Público**, com a colaboração da comunidade, **promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro**, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Assim, **órgãos federais foram criados para desempenhar essa importante missão de promoção e proteção do nosso patrimônio cultural**, como o Ministério da Cultura e suas vinculadas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Fundação Nacional das Artes (FUNARTE), Fundação Cultural Palmares (FCP), Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

O **IPHAN** foi criado em 1936 com o objetivo inicial de proteger os bens imóveis de valor histórico e artístico do Brasil que, devido ao avanço da urbanização, estavam em risco de serem destruídos, apagando parte da nossa história.

Hoje, após quase **90 anos do Instituto**, suas atribuições e importância foram expandidas, principalmente com a **ampliação do conceito de patrimônio cultural brasileiro**, que passou a abranger as referências culturais de vários setores sociais, lugares e saberes que representam a história de cada canto do país e refletem a nossa diversidade cultural.

Sabe o Pelourinho, palco de livros, filmes e até de clipes musicais internacionais? O Bairro de Santo Antônio? A Igreja do Bonfim? O Farol da Barra? O Terreiro da Casa Branca e do Gantois? O casario e paisagem de Lençóis, Mucugê, Rio de Contas, Igatu e o Morro do Pai Inácio, na nossa incrível Chapada Diamantina? O Santuário de Monte Santo, no nosso Sertão? O Recôncavo Baiano, onde está o Município de Cachoeira, a Cidade Heroica da Bahia? Porto Seguro, com suas charmosas Trancoso e Caraíva? São todos patrimônios culturais do Brasil, **tombados pelo IPHAN**. E esses são apenas alguns exemplos da nossa riqueza.

O **Patrimônio Material Edificado** tombado pelo IPHAN no Estado da Bahia é composto por **187 bens**, dos quais **20 são conjuntos urbanos e paisagísticos**, ou seja, bairros e mesmo cidades inteiras protegidas. O **Centro Histórico de Salvador** - reconhecido como patrimônio da humanidade pela UNESCO - é composto por **mais de 3.200 (três mil e duzentos) imóveis**. A capital conta, ainda, com nove conjuntos, e responde por mais dois fora de Salvador. Temos **98 (noventa e oito)** bens tombados individualmente em Salvador, dentre igrejas, conventos, terreiros, casas, equipamentos urbanos, fortificações, definidores e marcos da paisagem, que caracterizam e individualizam a identidade do nosso lugar.

E todo este patrimônio conta com **apenas 5 arquitetos, 2 engenheiros civis e 5 técnicos em edificações**, em Salvador. Nos quatro escritórios técnicos do IPHAN/BA, a desproporção se mantém, totalizando **10 profissionais** para as extensas regiões do Recôncavo, do Litoral, da Chapada Diamantina e do Sul da Bahia.

Dentro desse patrimônio edificado, existe um rico acervo de **Bens Móveis e Integrados**, como os azulejos, as imagens sacras, as obras de arte, os sinos, os forros, os móveis, os altares... Tal acervo ultrapassa **25 mil obras de arte inventariadas** somente no estado da Bahia. No monitoramento desse vasto patrimônio, o setor dispõe de não mais que **5 técnicos** para o acompanhamento e fiscalização de intervenções restaurativas; fiscalização do comércio de antiguidades no Brasil; identificação e investigação de peças desaparecidas; fiscalização do acervo de obras de arte pertencentes aos monumentos tombados; além da autorização de saída de obras de arte do País.

Ainda dentro do patrimônio material, existe o **Patrimônio Arqueológico**. Os naufrágios na Baía de Todos os Santos, as ruínas da antiga Igreja da Sé, os Sítios de Arte Rupestre da Chapada Diamantina, os antigos Aldeamentos Indígenas no Sul da Bahia são alguns dos **3.173 sítios arqueológicos** já identificados e cadastrados pelo IPHAN-BA. O Núcleo de Arqueologia, que conta com o reduzido número de **5 técnicos**, tem a responsabilidade de fiscalizar, preservar e tutelar estes e muitos outros que são evidenciados em todo o estado, a cada ano.

A **importância desses sítios arqueológicos** para a compreensão da ocupação territorial brasileira e das populações originárias foi reconhecida pelo Estado ainda em 1961, com a Lei 3.924, que protege todos os sítios e vestígios arqueológicos. Por meio desses testemunhos, que atestam a longevidade da ocupação no território por populações que manejaram seus ambientes ao longo de milênios, podemos compreender como esses grupos viveram e criaram suas culturas, o que é **essencial para a preservação do saber, da História do Brasil** e como isso se reflete na **vida da sociedade brasileira** na atualidade.

Essa sociedade brasileira é formada, também, de **manifestações intangíveis**, dos saberes, das formas de expressão, lugares e celebrações, cuja política de preservação existe desde 2000, instituída pelo Decreto nº 3.551. A partir dele, passa a existir, dentro do rol de atribuições do IPHAN, **a missão de preservar os Bens de Natureza Imaterial**. Na Bahia, temos: o Samba de Roda, o Ofício das Baianas, o Ofício dos Mestres de Capoeira, a Roda de Capoeira, a Festa do Senhor do Bonfim, a Literatura de Cordel, o Bembé do Mercado, as Matrizes Tradicionais do Forró e o Choro.

O Núcleo de Patrimônio Imaterial do IPHAN-BA é composto por apenas **3 servidores**, encarregados de múltiplas atividades: monitoramento, ações de identificação e salvaguarda, instrução de processos de registro, de tombamento e de tombamento constitucional de quilombos, fiscalizações preventivas, acompanhamento de demandas junto ao Ministério Público, educação patrimonial, dentre outros.

E não podemos deixar de falar no **Licenciamento Ambiental**, que envolve a **análise pelo IPHAN** de impacto ao **patrimônio cultural**, frente a obras de grande porte, como a Ponte Salvador-Itaparica, loteamentos, projetos de infraestrutura urbana e aqueles relacionados à matriz energética brasileira, como usinas hidrelétricas, eólicas e solares.

Todas essas atividades geram material documental que compõe o **Arquivo do IPHAN na Bahia**. Criado em 1938 - e hoje operacionalizado, de forma direta, por **apenas 1 servidora** -, possui documentações raras, como manuscritos de Lina Bo Bardi, cartas de Diógenes Rebouças, o primeiro projeto de Requalificação do Centro Histórico de Salvador, a versão original do Mapeamento de Sítios e Monumentos Religiosos Negros da Bahia (MAMNBA), dentre outros. A valorização do Arquivo e o investimento no tratamento documental são essenciais para possibilitar o acesso de pesquisadores e de técnicos a um acervo fundamental para a preservação e difusão do nosso patrimônio cultural.

Nós, servidores do IPHAN na Bahia, vimos compartilhar com vocês a importância e a dimensão do vasto patrimônio cultural do nosso Estado. Os desafios enfrentados são muitos: estrutura deficitária de trabalho (física e tecnológica), insuficiência de servidores, alta evasão do corpo funcional, que migra para outros setores mais atrativos do Serviço Público, falta de Plano de Carreira compatível com as atribuições e responsabilidades específicas dos servidores da Cultura.

A desvalorização da Área da Cultura é tamanha que a taxa de evasão de servidores chega a 60%. Neste cenário, apenas a realização de concurso público não garante a continuidade das políticas públicas culturais. É urgente a efetivação do Plano de Carreira da Cultura!

Por isso, estamos mobilizados nacionalmente para exigir do governo federal a valorização das nossas carreiras e a retomada de investimentos públicos no setor.

**É GREVE porque é GRAVE!**